

PSICOLOGIA JURÍDICA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

NOBRE, Rodrigo Dias¹
PESSOA, Haryen Leal¹
VAZ, João Inácio Freitas¹
COELHO, Marlon Adriel Montenegro¹
GRIEBELER, Adriane²
ROSA, Andréia²
GOMES, Melina Britto²

RESUMO: A psicologia jurídica é a mistura dos estudos de direito e psicologia. A pesquisa tem como objetivo os processos da psicologia jurídica e quais os problemas que essa aborda. Como metodologia, uma pesquisa de abordagem qualitativa utilizando uma entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados real, com duas profissionais da área para compreender o que ocorre no ambiente de trabalho, interesses e informações sobre essa área de atuação. Em conclusão, observou-se que a Psicologia Jurídica deve ser exercida de forma mais crítica e acolhedora, aliando o conhecimento técnico a uma escuta sensível e respeitosa. Esse equilíbrio é essencial para a construção de práticas eficazes, capazes de gerar impactos reais na vida das pessoas e colaborar para decisões judiciais mais justas, humanas e contextualizadas.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica, Área de Atuação; Práticas profissionais.

ABSTRACT: Legal psychology is the mixture of law and psychology studies. The research aims at the processes of legal psychology and the problems it addresses. As a methodology, a qualitative research approach using a semi-structured interview as a real data collection instrument, with two professionals in the field to understand what happens in the work environment, interests and information about this area of expertise. In conclusion, it was observed that Legal Psychology should be exercised in a more critical and welcoming way, combining technical knowledge with sensitive and respectful listening. This balance is essential for the construction of effective practices, capable of generating real impacts on people's lives and collaborating for fairer, more humane and contextualized judicial decisions.

Keywords: Legal Psychology, Brazil, Area of Operation; Professional practices.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conceitualmente, a Psicologia Jurídica no Brasil é vista como uma ferramenta de apoio no meio judicial, essa prática sofre com o desafio de não evoluir além da efetuação de testes e perícias, e conforme as relações familiares se tornaram complexas, dificultou o contato interdisciplinar com o Direito, e os diversos conflitos criticados pela autora refletem uma concepção sobre a sociedade, atribuindo ao indivíduo traços “naturais” e “imutáveis”. Essa visão é fundamentada no estudo da aplicabilidade e nas regências da psiquiatria jurídica no Brasil moldando as bases para decisões judiciais, portanto levanta o questionamento sobre a real dimensão subjetiva da psique dos envolvidos. Sobre isso, Perucchi (2010) ressalta que

¹ Discentes do Curso de Psicologia, 1º semestres 01/2025- Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

² Docentes do Curso de Psicologia – Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

limitar essa área de atuação na aplicação de testes, essencialmente o psicotécnico e a condução de perícias jurídico-processuais, estabelece-se uma abordagem em que a psicologia passa a exercer um papel complementar ao direito. Deste modo, as sistemáticas psíquicas se restringem a contextos específicos, não sendo tratadas como um conhecimento autônomo.

Conforme a psicologia se restringe, sua atuação pericial é influenciada por um determinismo da subjetividade, correndo o risco de se tornar uma ferramenta de controle social ao invés de garantir a ética profissional, social e históricas, que englobam um amplo contexto relativo no meio jurídico. E para ultrapassar essa barreira, é necessário a formação crítica dos psicólogos jurídicos, fomentando a pesquisa e a construção de conhecimento que se unem com a Psicologia Social e o Direito, promovendo uma atuação empenhada na defesa do indivíduo e a reformulação de práticas de vigilância e controle.

Este estudo objetiva examinar a atuação dos profissionais de psicologia jurídica e a aplicação das normas legais pertinentes, evidenciando as diferenças entre a realidade laboral desses psicólogos e os contextos social e clínico.

2 DESENVOLVIMENTO

Nesta parte do trabalho, serão apresentados de maneira organizada e detalhada os principais aspectos que fundamentam a pesquisa. A seção está dividida em três partes: o Referencial Teórico, que contextualiza e sustenta a discussão com base em autores e legislações pertinentes; a Metodologia, que descreve os procedimentos adotados na condução da pesquisa; e os Resultados e Discussão, onde são analisados os dados obtidos e suas implicações no campo da Psicologia Jurídica. Além de conter a exposição ordenada e pormenorizada do assunto do estudo.

2.1 Referencial Teórico

2.1.1 Abordagem Jurídica

A Psicologia Jurídica no Brasil se configura como uma área de conhecimento e atuação que se estabelece a partir da multidisciplinaridade entre a Psicologia e o Direito. A

delimitação histórica é bem complexa, pois não é marcada por um único evento fundacional. No entanto, pode-se identificar marcos e contextos que se consolidaram para seu surgimento. Na década de 1960, quando os psicólogos atuavam no campo jurídico, teve seu início de forma mais simples, muitas vezes voluntária, inicialmente no sistema penal. Com a promulgação da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), foi um divisor de águas, pois conferia o reconhecimento formal à atuação do psicólogo nas instituições penitenciárias.

Historicamente, a partir do século XVII, o tratamento da loucura passou a ser institucionalizado, pois havia relação entre conduta humana e responsabilização legal. Já no século XVIII, com Pinel, surge um novo modelo para assistência aos doentes mentais, influenciando práticas de avaliação psicológica no campo jurídico. No âmbito da psicanálise e seu desenvolvimento, também se observa uma abordagem mais compreensiva da doença mental, o que favorece o avanço do psicodiagnóstico como ferramenta técnico-científica, interconectando com o Direito (BRITO, 2005).

A psicologia jurídica, ao ser aplicada no contexto social contemporâneo, torna-se uma ferramenta essencial para a promoção da justiça com sensibilidade humana. O psicólogo jurídico não atua apenas como técnico, mas como um agente mediador entre o Direito e as vivências emocionais dos indivíduos. Ele realiza escutas qualificadas com base em empatia e imparcialidade, e seus pareceres buscam revelar nuances emocionais e sociais que influenciam o comportamento humano diante de processos legais (JACOB e SOBRAL, 2024).

Sua intervenção é crucial em casos que envolvem guarda de menores, violência doméstica, mediação de conflitos e alienação parental. Dessa forma, sua abordagem contribui diretamente para decisões mais justas, considerando não apenas os fatos jurídicos, mas também o impacto psíquico que tais situações provocam nos envolvidos. Isso evidencia a importância de se considerar o aspecto subjetivo nas práticas judiciais, aproximando o Direito da realidade social (BICALHO, 2016).

No Direito de Família, o psicólogo desempenha um papel importante em casos de separação, divórcio, guarda de filhos e visitas. Ele pode atuar na mediação de conflitos e em avaliações periciais para entender as condições emocionais e relacionais das partes, incluindo as crianças. Essas intervenções exigem conhecimento sobre temas como alienação parental, guarda compartilhada e dinâmicas familiares conflituosas (PERUCCHI, 2010).

No âmbito do Direito da Criança e do Adolescente, a Psicologia Jurídica desempenha um papel crucial em processos de adoção, destituição do poder familiar e na aplicação de medidas socioeducativas. A atuação interdisciplinar, a sensibilidade ética e a observância do princípio da proteção integral, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), são fundamentais. A atuação do psicólogo jurídico em processos de adoção exige a construção de um ambiente terapêutico suficientemente bom para que a criança consiga estabelecer vínculos afetivos duradouros e recuperar a confiança (SOUZA, 2021).

Reduzir a Psicologia Jurídica à aplicação de testes psicotécnicos compromete sua capacidade de diálogo autônomo com o Direito, mantendo o psicólogo em um papel complementar e subordinado (PERUCCHI, 2010).

Cabe ressaltar a necessidade de uma abordagem interdisciplinar na Psicologia Jurídica, que leve em consideração não apenas o conhecimento psicológico, mas também os aspectos legais, éticos e sociais envolvidos nas práticas judiciais. É imprescindível que a psicologia se debruce reflexivamente sobre tais restrições, abandonando sua posição de suposta detentora da ‘verdade subjetiva’, ingressando em um campo interdisciplinar sem perder o foco da produção de conhecimento (MOREIRA; SOARES, 2019).

Atualmente, lidar com assuntos das ciências humanas precisa ultrapassar as fronteiras de uma só matéria. É crucial impulsionar a troca de ideias entre campos do saber interligados, como acontece com o Direito e a Psicologia. Essa conversa interdisciplinar deixa mais completa a maneira como entendemos os eventos sociais e humanos, mormente ao analisar o comportamento. Essa união não só melhora o trabalho profissional, mas também é fundamental para uma prática mais justa, ética e eficaz. A Psicologia Jurídica, nisto, surge como uma área importantíssima, expandindo a visão e dando um toque humano às questões jurídicas, auxiliando com informações da ciência e da sociedade na aplicação da Lei (FÜHR, 2022).

2.1.2 Psicologia Jurídica

A psicologia jurídica é o trabalho em conjunto da psicologia e do direito, os psicólogos jurídicos tem como função analisar o estado mental do acusado, aplicar testes neuropsicológicos, analisar ambiente, ações, identificar estratégia de pensamento e assim

relatar se é possível ou não esse indivíduo voltar a realizar ações que infringe a lei ((FÜHR, 2022).

Conforme afirma Puthin et al . (2018, p. 30)

A psicologia jurídica é o ramo da Psicologia que mais cresceu nos últimos anos. Ela surgiu a partir de uma demanda do Direito em relação à necessidade de redimensionar a compreensão dos seres humanos quanto à forma que eles agem – suas necessidades e princípios psicológicos – e à sua relação com a justiça [...]. A psicologia jurídica foi reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia pela Resolução n.º 14, de 22 de dezembro de 2000 (CFP, 2000), que institui o título profissional de especialista em psicologia jurídica e dispõe sobre as normas e procedimentos para o seu registro.

As áreas como Direito da Família, Direito do Trabalho, Direito civil e Direito penal que estão dentro da psicologia jurídica são novas no Brasil. Essa área dá os primeiros sinais após a Revolução Francesa que tinha como abordagem as ideias de liberdade, fraternidade e igualdade. Nesse primeiro momento, onde ainda não existe a psicologia jurídica, a psiquiatria forense é chamada para resolver as questões do iluminismo. Eram todos iguais perante a lei, mas diferentes na realidade.

Segundo Brito (2005), os psicodiagnósticos eram considerados ferramentas que ofereciam dados verificáveis para auxiliar os profissionais do Direito. No início, a Psicologia era percebida como uma área focada na realização de exames e avaliações, com o objetivo de fazer diagnósticos. Psicólogos da Alemanha e da França realizaram pesquisas empírico-experimentais sobre o testemunho e sua relevância nos processos judiciais. No Brasil, o marco da psicologia jurídica ocorreu em 1985 com a realização do primeiro concurso público para a contratação de psicólogos em seus quadros (SHINE, 1998). No âmbito do Direito Civil, merece destaque o Direito da Infância e Juventude, área onde o psicólogo começou a atuar no que era conhecido como Juizado de Menores.

2.1.3 Desafios Epistemológicos

A crescente institucionalização da Psicologia Jurídica no Brasil tem levado os profissionais a lidar com vários desafios que vão além de uma mera realização de exames periciais. E conforme a pesquisa, a aplicabilidade das leis no contexto da psicologia jurídica impõe aos profissionais pressão para que suas práticas sejam tratadas com o rigor e a objetividade das ciências exatas, o que confronta com a natureza subjetiva dos processos

psicológicos. Moreira e Soares (2019) questionam a visão tradicional que subordina o conhecimento psicológico a ferramentas de normatização do direito, apontando para o risco de que a prática pericial, muitas vezes, reduza a complexidade dos fenômenos humanos a simples dados que podem ser mensurados.

Essa tendência limita a compreensão das individualidades subjetivas que compõem cada caso e confina a psicologia jurídica a um papel apenas instrumental, comprometendo a construção de uma prática que, em sua essência, precisa conversar com as nuances da experiência humana e das relações de poder (MOREIRA; SOARES, 2019).

Nesse sentido, a experiência de imersão em campo mostra a exigência por precisão nas avaliações, moldadas por uma lógica de quantidade e mensuração, podendo levar à marginalização de aspectos qualitativos essenciais para a compreensão da dinâmica social e subjetiva dos sujeitos nos processos jurídicos. Essa problemática evidencia a tensão entre o imperativo legal de produzir documentos que subsidiem decisões judiciais e a necessidade de uma abordagem crítica que valorize a singularidade de cada situação, privilegiando o olhar humanístico e a escuta ativa dos profissionais de psicologia (SANTOS; CASTELAR, 2021). Portanto, é crítico repensar a formação e a prática dos psicólogos jurídicos de modo a romper com o paradigma de exatidão que limita a potencialidade transformadora do campo. A integração de perspectivas críticas, que dialogam com a Psicologia Social e os estudos sobre os direitos humanos, surge como proposta viável para superar essas restrições, promovendo uma atuação que, ao mesmo tempo, atende às demandas legais e reconhece a complexidade da subjetividade humana (MOREIRA; SOARES, 2019).

Esse debate aponta para a urgência de uma revisão epistemológica no campo, que não apenas acompanhe a evolução das normas legais, mas também contribua para a construção de ferramentas de método capazes de captar a complexidade dos processos psicológicos e sociais. Assim, a aplicabilidade das leis na psicologia jurídica deve ser entendida como um campo em aberto, onde a busca por rigor técnico convive com a necessidade de uma prática crítica e sensível aos contextos históricos, culturais e individuais.

2.2 Metodologia

Para esse estudo, foi utilizado o método qualitativo, ou seja, de forma direcionada através de uma entrevista semiestruturada para a pesquisa com os profissionais da área da psicologia jurídica. Como instrumentos de coleta de dados, utilizou-se uma entrevista semiestruturada que aborda dez perguntas, visando entender a escolha da área, as dificuldades enfrentadas, suas práticas e as realizações enquanto profissionais, com o objetivo de entender esse campo de atuação profissional. Foram entrevistadas duas psicólogas, que serão designadas pelas letras A e B. A entrevista ocorreu através de mensagens pelo whatsapp para facilitar o processo de comunicação, já que ambas psicólogas devido a agenda não conseguiram fazer a entrevista de forma presencial. A psicóloga A fez a devolutiva da entrevista por email e a Psicóloga B pelo próprio whatsapp. Diante disso, a análise foi realizada comparando as respostas de ambas profissionais para comprovar a veracidade e coerência do referencial teórico e para a compreensão do campo de atuação.

2.3 Resultados e Discussões

Essa pesquisa teve como objetivo compreender as motivações, as experiências e os desafios enfrentados por psicólogos atuantes na área jurídica. Com base nas entrevistas realizadas, conforme o anexo obteve as seguintes respostas:

Quando as entrevistadas foram questionadas sobre o motivo da escolha dessa profissão, as respostas foram bem diversas. A psicóloga A retrata que tudo começou na área da educação, foi professora estadual e depois orientadora. Ela conta que sentia falta de algo e que já observava o trabalho de uma psicóloga que trabalhava com crianças em processo de alfabetização. O interesse surge disso, da curiosidade e a falta de algo para resolver inúmeras problemáticas. Já a segunda entrevistada, a psicóloga B, cita que a escolha do curso inicial foi algo sem muito conhecimento do que se tratava toda trajetória do curso. Observa-se com essas respostas que ambas quando decidiram pela psicologia tinham como propósito buscar compreensão e intervenção em contextos de grande complexidade, fosse em âmbito escolar ou judicial, movidas pelo desejo de aproximar a prática e a teoria para lidar com a delicada situação dos pacientes.

Ao analisar o perfil das entrevistadas, verificou-se que ambas apresentam uma diferenças de idade e carreira, a primeira, a psicóloga A, já tinha conhecimento agregado na área da educação, já a psicóloga B estava no início das descobertas sobre a vida adulta, ainda não tinha consolidado bem os conceitos da carreira em psicologia.

Quando foram questionadas sobre as dificuldades da área, a psicóloga cita sobre a falta de comunicação que há dentro dos contextos de trabalho, tais como: desentendimentos. A psicóloga B, fala sobre as dificuldades das famílias, a vulnerabilidade, às situações delicadas, principalmente se tratando dos menores de idade. Uma retrata sobre algo dentro do sistema de trabalho e outra informa sobre a precariedade das famílias brasileiras, o que é presente dentro da área jurídica, esses conflitos fazem parte do ambiente de trabalho. Embora diversos profissionais possam atuar como mediadores, essa função não é tão simples quanto aparenta. Para mediar de forma eficaz, é essencial reconhecer os aspectos psicológicos presentes na situação. Por isso, o psicólogo se destaca como um elemento fundamental nesse processo (SILVA, 2020).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, foi possível perceber que a Psicologia Jurídica no Brasil está presente em diversas áreas, como no sistema prisional e nas instâncias da infância e juventude. No entanto, a atuação do Psicólogo Jurídico ainda é muito focada em testes e laudos técnicos, o que pode deixar de lado a compreensão mais profunda dos sentimentos e das individualidades das pessoas atendidas. Assim, foi alcançado o objetivo geral, que era entender melhor como o psicólogo jurídico atua. Diante disso, percebe-se que é importante que os Psicólogos jurídicos recebam uma formação mais ampla, que vá além dos testes e avaliações, incluindo também temas como Direitos Humanos, Psicologia Social e formas diferentes de entender a realidade das pessoas. É preciso olhar com mais atenção para a subjetividade dos indivíduos, ou seja, seus pensamentos, emoções e vivências únicas, e não apenas tratá-los como dados a serem medidos. Além disso, novas pesquisas podem ajudar a criar formas de trabalho mais sensíveis e humanas.

Por fim, percebe-se que a Psicologia Jurídica precisa caminhar com mais escuta e sensibilidade, sem abrir mão do saber técnico, mas valorizando o encontro humano. É nesse equilíbrio, entre o rigor e o acolhimento, que se tornam possíveis práticas mais significativas capazes de tocar vidas, transformar trajetórias e colaborar para decisões judiciais mais justas e verdadeiramente humanas. O psicólogo jurídico pode ser um agente importante de



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
EDUCACIONAL DE BAGÉ
FACULDADES IDEAU



transformação social, desde que sua atuação valorize o ser humano em sua totalidade, e não apenas como parte de um processo legal.

4. REFERÊNCIAS

- AZAMBUJA, Bruno. O que faz um psicólogo forense? Entenda tudo sobre a área. **Blog do IPOG, s.d.** Disponível em: <https://blog.ipog.edu.br/saude/psicologo-forense/>. Acesso:
- DA SILVA, Evani Zambon. Psicologia jurídica: um percurso nas varas de família do tribunal de justiça do estado de São Paulo. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, p. 902-917, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/NfGCGsmgMNmPqhjT97YgNdc/?lang=pt>.
- DE BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. **Da execução à construção das leis: a psicologia jurídica no legislativo brasileiro. 2016.** Disponível em:
- DOS SANTOS, Alice Oliveira Silva; DOS SANTOS, Luiza Rodrigues; CASTELAR, Marilda. Relato de experiência de uma imersão no campo da Psicologia Jurídica. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 14, n. 1, p. 70-88, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3373/337370045005/>.
- FÜHR, Eliane Alice. Direito e psicanálise: fundamentos para uma nova leitura do ensino jurídico brasileiro a partir de uma abordagem interdisciplinar. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – **Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022.** Disponível em: https://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/12458/Eliane%20Alice%20F%C3%BChr_PROTEGIDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- MOREIRA, Lisandra Espíndula; SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho. Psicologia jurídica: notas sobre um novo lobo mau da psicologia. **Psicologia MARQUES a: Ciência e Profissão**, v. 39, p.e225555, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/hN9Ftmv7YpgBLfD7bZLYDvd/>.
- PERUCCHI, Juliana. Nos trâmites da lei: uma crítica à perspectiva tradicional da noção de família no âmbito da psicologia jurídica brasileira. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/23604>.
- SANTOS, Élem Guimarães dos; SIQUEIRA, Marluce Miguel de. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **Jornal brasileiro de psiquiatria**, v. 59, p. 238-246, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/FNQ5qZjtSdwznsjZzHTH7jS/>.
- SOUZA, Ester; FELIPPE, Andreia; SARTORI, Cássia. Adoção tardia no Brasil: uma análise a partir das contribuições de Winnicott e da Psicologia Jurídica. **Cadernos de Psicologia**, v. 3, n. 6, 2022. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3170>.
- SILVA, João da; SOUZA, Maria de. Psicologia jurídica e direito penal brasileiro. **Revista de Iniciação Científica e Tecnológica do IFRO, Ji-Paraná**, v. 5, n. 2, p. 45-60, 2023. Disponível em: <https://jiparana.emnuvens.com.br/riacti/article/view/656/590>.
- JACOB, Gabriela Moreira; SOBRAL, Osvaldo José. Psicologia Jurídica na contemporaneidade: contribuições e desafios. **Revista Científica FacMais, Inhumas**, v.1, n.1, p.111-127, 2023. Disponível em: <https://revistas.facmais.edu.br/index.php/revistacientificafacmais/article/view/191/93>.

5- ANEXO

1. Por que escolheu cursar Psicologia?
2. O que levou a ir para a área Jurídica?
3. Já pensou em trocar de área? Por quê?
4. Na maioria dos casos possui acesso às informações?
5. Qual sua maior frustração dentro da área?
6. Qual o maior desafio que você enfrenta?